

✓ Avaliação do Processo de Implementação do Programa Incluir na UFRN¹

Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino.

Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Serviço Social, Departamento de Serviço Social.

Professor at the State University of Rio Grande do Norte, Faculty of Social Work, Department of Social Work.

¹ Esse Artigo foi extraído de nossa Tese de doutorado, defendida em maio de 2017, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Resumo: Esse artigo aborda a avaliação do processo de implementação do Programa Incluir: acessibilidade na educação superior na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A pergunta de partida indagou: Como o Programa Incluir está sendo implementado na UFRN? Teve como objetivo: avaliar o processo de implementação do Programa Incluir na UFRN. A pesquisa de natureza qualitativa reuniu pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Para a coleta de dados, utilizamos: observação sistemática, entrevista semiestruturada, análise de documentos e fotografias para ilustrar os ambientes, as edificações, os mobiliários e os equipamentos de tecnologia assistiva. Constatamos a implementação de serviços, apoio técnico, recursos didáticos-pedagógicos em formato acessível, malgrado a desproporcionalidade desses entre os tipos de deficiência, a frágil comunicação e orientação da CAENE com os professores, desproporção entre os eixos do programa, coexiste barreiras e acessibilidade nas vias, edificações e mobiliários, mas no conjunto viabilizam a inclusão parcial de acadêmicos com deficiência.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas. Programa Incluir. Educação Especial numa perspectiva Inclusiva.

EN Evaluation of the Implementation Process of the Incluir Program at UFRN

Abstract: This article addresses the evaluation of the implementation process of the Incluir Program: accessibility in higher education at the Federal University of Rio Grande do Norte. The starting question asked: How is the Incluir Program being implemented at UFRN? It aimed to: evaluate the implementation process of the Incluir Program at UFRN. The qualitative research brought together bibliographic, documentary and empirical research. For data collection we used: systematic observation, semi-structured interview, analysis of documents and photographs to illustrate the environments, buildings, furniture and assistive technology equipment. We noted the implementation of services, technical support, didactic-pedagogical resources in an accessible format, in spite of their disproportionality among the types of disabilities, CAENE's fragile communication and guidance with teachers, disproportion between the program's axes, barriers and accessibility coexist in roads, buildings and furniture, but as a whole they enable the partial inclusion of academics with disabilities.

Key-words: Public Policy Evaluation. Incluir Program. Special Education in an Inclusive perspective.

ES Evaluación del Proceso de Implementación del Programa Incluir en la UFRN

Resumen: Este artículo aborda la evaluación del proceso de implementación del Programa Incluir: accesibilidad en la educación superior en la Universidad Federal de Rio Grande do Norte. La pregunta inicial fue: ¿Cómo se está implementando el Programa Incluir en la UFRN? Su objetivo fue: evaluar el proceso de implementación del Programa Incluir en la UFRN. La investigación cualitativa reunió investigaciones bibliográficas, documentales y empíricas. Para la recolección de datos se utilizó: observación sistemática, entrevista semiestructurada, análisis de documentos y fotografías para ilustrar los ambientes, edificios, mobiliario y equipos de tecnología asistencial. Notamos la implementación de servicios, soporte técnico, recursos didáctico-pedagógicos en formato accesible, a pesar de su desproporcionalidad entre los tipos de discapacidad, la frágil comunicación y orientación del CAENE con los docentes, la desproporción entre los ejes del programa, barreras y accesibilidad conviven en carreteras, edificios y mobiliario, pero en su conjunto permiten la inclusión parcial de académicos con discapacidad.

Palabras-clave: Evaluación de políticas públicas. Incluir programa. Educación especial en perspectiva inclusiva.

FR Évaluation du Processus de mise en oeuvre du Programme Incluir à l'UFRN

Résumé: Cet article traite de l'évaluation du processus de mise en oeuvre du programme Incluir: accessibilité dans l'enseignement supérieur à l'Université fédérale de Rio Grande do Norte. La question de départ a été posée: comment le programme Incluir est-il mis en oeuvre à l'UFRN? Son objectif était: d'évaluer le processus de mise en oeuvre du programme Incluir à l'UFRN. La recherche qualitative a réuni des recherches bibliographiques, documentaires et empiriques. Pour la collecte des données, nous avons utilisé: l'observation systématique, l'entretien semi-structuré, l'analyse de documents et de photographies pour illustrer les environnements, les bâtiments, le mobilier et les équipements d'assistance technique. On note la mise en place de services, d'accompagnement technique, de ressources didactico-pédagogiques dans un format accessible, malgré leur disproportion entre les types de handicap, la fragilité de la communication et de l'accompagnement du CAENE avec les enseignants, la disproportion entre les axes du programme, les barrières et l'accessibilité coexistent en les routes, les bâtiments et le mobilier, mais dans leur ensemble, ils permettent l'inclusion partielle des universitaires handicapés.

Mots-clés: Évaluation des politiques publiques. Incluir le programme. L'éducation spéciale dans une perspective inclusive.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo aborda a avaliação do processo de implementação do Programa Incluir: acessibilidade na educação superior na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Não obstante, tomamos como ponto de partida a conceituação de avaliação e de avaliação de políticas públicas, situando-a, com base na literatura especializada, como uma pesquisa avaliativa, uma subárea da pesquisa social, pois embora apresente especificidades, no geral, utiliza a metodologia da pesquisa social.

Seguindo o raciocínio anunciado, etimologicamente, avaliar significa “atribuir valor, julgar o mérito de alguma coisa”, classificar as coisas como boas ou ruins. Nesses termos, a avaliação é uma ação destituída de neutralidade, denota uma dimensão política, explícita ou não. No entanto, quando se trata de avaliar uma intervenção social planejada na realidade, a avaliação agrega procedimentos científicos ao julgamento para obter e proporcionar informações que potencialmente poderão subsidiar uma tomada racional de decisão de quem a demandou, assim como gerar conhecimento acerca do êxito ou fracasso da ação implementada.

O Programa Incluir, criado em 2005, no formato de chamadas públicas concorrenciais, em 2012 foi transformado em política pública de acessibilidade, com pretensão de universalidade, inscrevendo-se como iniciativa estatal, na modalidade de educação especial numa perspectiva inclusiva, no âmbito da educação superior, cujo objetivo é a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade, visando a inclusão de estudantes com deficiência, mediante “a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos” (BRASIL, SECADI/SESu, 2013, p.13). No desenho atual, estrutura-se com base nos seguintes eixos: infraestrutura, currículo, comunicação e informação, projetos de pesquisa e projetos de extensão.

Na UFRN, o Núcleo de Acessibilidade denominava-se Comissão Permanente de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (CAENE), criada em 2010, vinculado à Reitoria.

A definição de avaliar o Programa Incluir na UFRN no período de 2012 a 2014, respalda-se na sua configuração a partir de 2012, como parte de uma política pública caracterizada por ações sistematizadas, contínuas, planejadas, com público-alvo definido

e aporte de recursos financeiros, possibilitando, portanto, sua avaliação nessa dimensão. Diferentemente do momento anterior, marcado por chamadas concorrenciais, em que a implementação do programa estava condicionada à aprovação da proposta do edital correspondente, destarte incorrendo potencialmente em descontinuidades, dificultando uma avaliação consistente.

Ademais, a pesquisa exploratória em sites oficiais, em conversas com especialistas e coordenador desse programa na UFRN revelou, por um lado, a escassez de estudos sobre o Programa Incluir, particularmente sobre a avaliação do seu processo de implementação. Essa constatação mostra alguma originalidade do nosso estudo; por outro lado, descortina a necessidade de ampliação de pesquisas voltadas para pessoas com deficiência na educação superior, considerando que existe um contingente expressivo delas na sociedade brasileira.

De acordo com a Cartilha do Censo 2010, publicada em 2012, 23,9% da população residente no Brasil possui algum tipo de deficiência, assim distribuídas: visual - 18,6%, motora - 7%, auditiva - 5,10% e intelectual - 1,40%, sendo esse quantitativo ainda mais expressivo na Região Nordeste com 26,3% e, nela, o Estado do Rio Grande do Norte desponta como recordista com 27,86% de pessoas com deficiência do total da população.

Situando a discussão em nível da UFRN, observa-se, com base em dados da PROPLAN/SIGAA, especificamente no documento intitulado UFRN em Números 2012 – 2015, que no período de 2012 a 2014 essa IFES contabilizou os seguintes números de matrículas em cursos de graduação, na modalidade presencial: 2012 - 28.409; 2013 - 28.812; 2014 - 26.784. Contudo, em se tratando dos estudantes com deficiência, segundo quadro disponibilizado pela CAENE (2015) no mesmo período, do total de discentes matriculados na graduação, em distintos cursos, somente setenta e oito (78) são acadêmicos com deficiência: física, auditiva, visual, intelectual e múltipla, dos quais setenta (70) na modalidade presencial e sete (07) na modalidade à distância, desse quantitativo todos estão cadastrados na CAENE. Essa ressalva do cadastro nesse órgão se faz necessária, para esclarecer que esse quantitativo pode não significar o universo dos estudantes nessa condição, uma vez que, o cadastro nessa comissão, expressa a vontade do discente. Dizendo de outro modo, supõe-se que nem todos os estudantes com deficiência matriculados na UFRN estão cadastrados na CAENE.

O quadro acima exposto sinaliza também as fragilidades da educação inclusiva no ensino superior na UFRN, evidenciadas, sobretudo, no descompasso entre a quantidade numérica de pessoas com deficiência e o acesso desse grupo social à educação superior, levando-nos a indagar: **Como o Programa Incluir está sendo implementado na UFRN?**

Definimos como **objetivo geral**: Avaliar o processo de implementação do Programa Incluir na UFRN e como **Hipótese**: O Programa Incluir está implementando recursos, serviços, apoios técnicos que minimizam as barreiras arquitetônicas, de comunicação e informação e pedagógicas, viabilizando a inclusão parcial de acadêmicos com deficiência na UFRN.

Entendemos que a avaliação de um programa envolve todos os sujeitos que, direta ou indiretamente, participam da sua implementação, no caso em análise são: discentes com deficiência, professores, técnicos da CAENE, bolsistas e monitor. Esses sujeitos constituíram um universo expressivo da pesquisa empírica, impondo a utilização de amostras. Desse modo, o quadro amostral foi formado por quatorze (14) acadêmicos com deficiência, sete (07) professores, seis (06) técnicos da CAENE, incluindo entre esses, o presidente, dois bolsistas (02) lotados no Laboratório de Acessibilidade, e um monitor (01), totalizando trinta (30) entrevistados.

Para a coleta de dados, utilizamos as seguintes técnicas/instrumentos: observação sistemática, entrevista semiestruturada, análise de documentos, fotografias para ilustrar os ambientes, as edificações, os mobiliários e os equipamentos de tecnologia assistiva. Os roteiros de entrevista foram padronizados, porém adequando-se aos segmentos a que se destinavam. Desse modo, foram utilizados seis roteiros distintos de entrevista.

2 DESENVOLVIMENTO

A avaliação de políticas, programas e projetos tem se constituído, nas últimas décadas do século passado e nos anos iniciais do século em curso, em um mecanismo utilizado na gestão pública e no meio acadêmico, seja para subsidiar decisões, traçar diretrizes, manter ou corrigir, reconfigurar e/ou redefinir ações em busca de eficiência, eficácia, efetividade, seja em busca de (re)formular e/ou ampliar novos

conhecimentos, retroalimentando aqueles que a utilizam em seu exercício profissional, ou consoante as pretensões dos demandantes da avaliação.

Entendemos avaliação de políticas públicas como uma atividade científica específica, que consiste em atribuir valor às intervenções planejadas na realidade, com base em procedimentos teórico-metodológicos. Realiza-se com distintas finalidades, a saber: verificar o alcance dos objetivos propostos, mediante a identificação dos fatores que facilitam ou dificultam o processo de implementação do programa (avaliação de processo); estabelecer relações de causalidade entre programa e resultados e/ou impactos obtidos com as ações (avaliação impacto); estudar os princípios que a fundamentam, conteúdos substantivos, variáveis contextuais e as razões que a tornam preferível em relação a outras políticas (avaliação política).

Os objetivos da avaliação são múltiplos e relacionam-se ao tipo de avaliação empreendido. Em geral, avalia-se para conhecer a relação entre condições, meios, resultados e impactos da intervenção; verificar a eficácia, eficiência e *accountability* das ações; detectar dificuldades e produzir recomendações para melhorar ou modificar o programa; identificar os condicionantes dos êxitos ou fracassos. Segundo Draibe (2001), os objetivos se complementam, o que determina a predominância de um ou outro é a preferência do avaliador ou do proponente da avaliação.

Na literatura especializada, entre as tipologias de avaliação mais conhecidas predominam a avaliação de processo e avaliação de impacto. Tal distinção fundamenta-se no conjunto de aspectos, como o momento em que a avaliação é realizada, a procedência do avaliador, a natureza do objeto avaliado. Entretanto, Draibe (op. cit) centra a atenção também em outro ângulo – para ela, as avaliações são do tipo *ex ante* e *ex post*.

Considerando o momento em que se avalia, Aguilar e Ander-Egg (1994), Cohen & Franco (1993), Viana (1996) e Draibe (2001) estabelecem uma distinção: a avaliação antes ou *ex ante*, durante, ou *ex post*. As avaliações *ex ante* ou diagnósticas são realizadas simultaneamente aos momentos de preparação e formulação do programa, mediante a estimativa crítica de sua pertinência, viabilidade e eficácia potencial, com a finalidade de proporcionar subsídios para a tomada de decisões sobre a continuidade ou não da formulação do programa.

As avaliações durante são realizadas no momento de implementação do programa, com o objetivo de fornecer informações para avaliar em que medida o que foi planejado está sendo efetivado. Em outras palavras, identifica se há compatibilização entre meios e fins do programa. Esse momento da avaliação equivale a avaliação de processo.

As avaliações *ex post* são realizadas concomitantemente ou após a implementação do programa, com o objetivo de conhecer os graus de eficiência, eficácia e efetividade do programa. Esse momento equivale ao tipo de avaliação de resultados ou de impacto.

O exposto permite inferir a elasticidade da avaliação no que diz respeito aos momentos em que se pode avaliar uma política pública, podendo abarcar desde a tomada racional de decisão, estendendo-se à implementação e/ou aos resultados e impactos, ou ater-se apenas a um desses momentos, ficando essa deliberação a critério de quem solicita, ou dos objetivos que se deseja alcançar com a avaliação.

Tomando como critério a procedência do avaliador, as avaliações podem ser de quatro tipos: interna, externa, mista e autoavaliação. As primeiras são realizadas por avaliadores internos à instituição demandante da avaliação. As segundas opõem-se às primeiras. A avaliação mista combina avaliadores externos e internos, e a última é realizada pelas próprias pessoas envolvidas na implementação do programa.

Quanto à natureza do objeto avaliado, verificam-se os aspectos do programa que serão avaliados, porque eles têm implicação direta com os tipos de avaliação. Assim, Aguilar e Ander-Egg (1994) compreendem três tipos de avaliação: a) avaliação do plano e conceituação do programa; b) avaliação de processo; e c) avaliação de resultados.

A primeira corresponde ao momento *ex ante*, é constituída mediante o estudo-pesquisa, diagnóstico e plano e concepção do programa. A avaliação de processo é efetivada no decorrer da implementação do programa, articula diferentes componentes do programa: cobertura, aspectos técnicos da implementação, aspectos estruturais e funcionais da instituição implementadora do programa ou que presta serviço, rendimento da equipe, serviços prestados.

Para Draibe (2001), a avaliação de processo consiste em estabelecer o mérito do desenho do programa em toda a sua extensão: decisões, formulação, elaboração, implementação, gestão, avaliação, considerando nesse processo os diferentes sujeitos e as características organizacionais. Objetiva identificar os fatores que facilitam ou

impedem que um programa atinja seus resultados da melhor maneira possível. Para tanto, lança mão de estratégias, como dimensão temporal, atores a serem mobilizados, subprocessos e estágios da implementação. Os subprocessos avaliados são múltiplos e flexíveis, adequam-se às realidades investigadas, de forma que contribuam para o alcance dos objetivos propugnados na avaliação.

Diferente dos autores anteriormente citados, Figueiredo & Figueiredo (1986) não se detêm aos meandros da avaliação de processo, mas esboçam o objetivo desse tipo de avaliação, que reside em detectar a eficácia do programa, isto é, relaciona os produtos com as metas traçadas. Sinalizam que, nesse tipo de avaliação, é possível controlar o efeito desejado, uma vez que, no curso da implementação, correções podem ser realizadas.

Todavia, a pesquisa avaliativa com o intuito de aferir o sucesso das políticas respalda-se em modelos analíticos que, conforme Figueiredo & Figueiredo (1986), se relacionam com os propósitos das políticas expressos na produção de bens ou serviços públicos e provocação de mudanças. Dessa forma, para avaliar políticas com propósitos de produzir bens e serviços, utilizam-se as avaliações de processos. Elas são do tipo: avaliação de metas - eficácia objetiva; avaliação de meios - eficácia funcional, administrativa e contábil; e avaliação de eficiência - relação custo-benefício e custo-resultado.

As digressões teórico-conceituais precedentes constituem os aportes teóricos fundantes que respaldam e iluminam nosso diálogo no transcórre deste trabalho, na direção da avaliação de processo do Programa Incluir: acessibilidade na educação superior na UFRN, na tentativa de identificar os fatores que facilitam e/ou obstaculizam a sua implementação, acrescidos de alguns subprocessos.

Para tanto, traçamos indicadores em duas direções. Os indicadores que exprimem os fatores facilitadores tiveram como parâmetro a adesão de todos os sujeitos envolvidos no programa; a existência, quantidade, satisfação, adequação, periodicidade e disponibilidade de serviços, recursos e tecnologia assistiva; espaços, edificações e mobiliários acessíveis. Os indicadores para avaliação dos fatores que dificultam a implementação foram os seguintes: ausência total ou parcial de recursos, serviços e de tecnologia assistiva; existência de barreiras de comunicação e informação, pedagógicas, atitudinal e de infraestrutura; desproporção ou inadequação entre recursos e demandas, além de demandas reprimidas.

No percurso avaliativo, acrescentamos outros aspectos e subprocessos, tais como: elementos da estrutura organizacional; processo de monitoramento; processo de divulgação, informação e acesso ao programa; processo de capacitação; estratégias de implementação, como: atores estratégicos, parcerias, eixo de infraestrutura e eixo de comunicação e informação; subprocesso gerencial e decisório. Na sequência, apresentamos a síntese de cada aspecto avaliado.

O Programa Incluir é o primeiro e único programa estatal voltado para promover a acessibilidade/inclusão de estudantes com deficiência na educação superior. Em contrapartida, as Universidades Federais têm no atual desenho desse programa a principal referência de política pública de inclusão educacional para esse grupo social.

Na UFRN, o citado Programa vem sendo desenvolvido desde sua formatação original, mas o nosso estudo tomou como referência o desenho atual – mais precisamente objetivo, eixos norteadores, público-alvo, orientações orçamentária e financeira, indicadores – e o princípio de universalidade que diz orientá-lo.

Assim, examinando o público-alvo, o programa avaliado demarca pessoas com deficiência. Na UFRN, a política de inclusão educacional estabelece como público-alvo pessoas com necessidades especiais, ou seja, amplia-o para além da proposta do referido programa, como também ultrapassa os usuários da política nacional de educação especial numa perspectiva inclusiva, os quais se configuram como pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O alcance dos usuários poderia ser entendido como um avanço na perspectiva inclusiva em relação às propostas nacionais citadas, se as demandas que essa abrangência se propõe a acolher fossem atendidas. No entanto, nossa pesquisa não confirma essa tendência, a exemplo de situações de comorbidades e de transtornos mentais, tampouco identificamos se todos os acadêmicos com deficiência matriculados nessa IFES são usuários desse programa. Todavia, constatamos que existem acadêmicos nessa condição que não são cadastrados na CAENE. Verificamos também que existem alunos cadastrados na CAENE, mas não utilizam serviços e recursos existentes. Com base nas análises e interpretações inferimos que são, sobretudo, os acadêmicos com deficiência sensoriais severas os que mais utilizam recursos e serviços do Programa Incluir.

A caracterização dos quatorze (14) estudantes com deficiência entrevistados, revela todos os tipos de deficiência – física, visual, auditiva, intelectual e múltipla – sendo que há equivalência entre os tipos de deficiência auditiva e física. A maioria é constituída de mulheres, predomina a faixa etária compreendida entre 30 e 34 anos. O curso com maior índice de matrículas desses acadêmicos é o de Pedagogia; na sequência e em igual proporção aparecem Ciências Sociais e Letras LIBRAS; nos demais cursos citados, há equivalência da quantidade numérica de acadêmicos com essas características. O ano com maior índice de ingresso foi 2014. Metade desses acadêmicos participa de programas de bolsa, revelando sua baixa condição socioeconômica. Todos os discentes nessa condição, variando de semestre a semestre, matriculam-se, em média, nas mesmas quantidades de componentes curriculares que os estudantes sem deficiência, assim como não apresentam índices de reprovação até o momento da pesquisa.

Em conformidade ao que preconiza o documento orientador desse programa, as IFES devem contemplá-lo em diversos instrumentos de planejamento institucional, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Institucional, em projetos pedagógicos dos cursos, em serviços e recursos acessíveis, dentre outros. O PDI (2010/2019) da UFRN contempla a Política de Inclusão Educacional para pessoas com necessidades educacionais especiais e explicita as diretrizes gerais.

Um olhar atento sobre as normatizações institucionais relativas a inclusão educacional revela que elas decorrem e foram decompostas das diretrizes desse PDI, as quais simultaneamente respaldam essas ações na perspectiva do direito do cidadão e dever do Estado, revelam a legitimidade dos serviços, recursos e apoios mobilizados e realizados para esse grupo de acadêmicos. Validamos, com os sujeitos participantes da pesquisa, as normatizações como fator facilitador na implementação da política de educação inclusiva nessa IFES, precisando ser melhor consideradas no tocante à inserção de disciplinas que tratam da educação inclusiva em todos os projetos pedagógicos dos cursos para que se amplie essa discussão no âmbito acadêmico.

O aporte financeiro do MEC via Programa Incluir para a materialização das ações de acessibilidade na UFRN concretiza-se em sintonia ao discurso oficial. Segundo o presidente da CAENE, esse recurso é satisfatório, embora parte dele venha sendo aplicado para o

pagamento de técnicos terceirizados. A nosso juízo, é inquestionável a importância de equipe técnica qualificada para o fomento das ações. Entretanto, o “deslocamento” desse recurso para essa finalidade implica na redução do atendimento de outras demandas que poderiam ser mais amplamente atendidas, a exemplo do valor da bolsa acessibilidade, sobretudo para situações de acadêmicos com maior vulnerabilidade econômica, como constatado na pesquisa. Mesmo assim, o repasse contínuo de recursos financeiros foi avaliado pelo presidente, técnicos da CAENE e professores como um dos fatores que favorece a implementação desse Programa nessa IFES, com os quais concordamos.

O Programa referenciado recomenda sua operacionalização em quatro eixos norteadores, quais sejam: infraestrutura, currículo, comunicação e informação, pesquisa e extensão. O eixo que aborda comunicação e informação foi avaliado tomando como referência os materiais didático-pedagógicos acessíveis, equipamentos de tecnologia assistiva e serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de LIBRAS, para o atendimento aos discentes com deficiência, considerando: existência, disponibilização, quantidade, periodicidade, adequação, satisfação com os mesmos.

Para tanto, a UFRN, criou e instalou o Laboratório de Acessibilidade no anexo da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) e o Setor de Musicografia Braille na Escola de Música, ambos aparelhados com diversos equipamentos de tecnologia assistiva. Igualmente, para possibilitar o acesso a distintas publicações, utiliza o site eletrônico www.caene.gov.br e www.sigaa.ufrn.br, e instalou o Repositório de Informação Acessível (RIA), isto é, um acervo de textos digitalizados e adaptados em formato acessível, visando propiciar a acessibilidade comunicacional e informacional à comunidade acadêmica com deficiência visual.

Todavia, na realidade estudada, verificamos a prevalência dos eixos de infraestrutura e de comunicação e informação. A implementação desses se efetiva mediante a parceria com distintas Pró-Reitorias (Graduação, Assistência Estudantil, Pós-Graduação), Secretaria de Educação à Distância, Superintendência de Infraestrutura, principalmente por meio da quebra de barreiras arquitetônicas e da adaptação de recursos didáticos pedagógicos em formato acessível nos Laboratórios de Acessibilidade, dantes identificados.

Os eixos programa de extensão e programa de pesquisa não são centrais na IFES estudada. A CAENE se articula com as Pró-Reitorias

correspondentes em termos de constar nos editais uma referência aos acadêmicos com necessidades educacionais, mas não lança mão de outras estratégias para fomentar a inserção desses discentes em projetos de pesquisa e de extensão, fato confirmado pela ínfima participação dos mesmos nesses projetos.

A prioridade dos eixos de comunicação e informação e de infraestrutura leva-nos a deduzir que são inadiáveis e indispensáveis no processo de participação dos estudantes no ensino, mas a secundarização das dimensões pesquisa e extensão, fragilizam a totalidade da vida acadêmica desses discentes.

O princípio de universalidade que o documento expõe só se confirma na perspectiva de universalidade focalizada, isto porque contempla apenas acadêmicos com deficiência e das IFES, não alcançado as instituições de educação superior estaduais. Ademais, esse princípio não se efetiva na educação superior brasileira, dada a sua configuração seletiva e excludente.

No que diz respeito às outras dimensões e subprocessos avaliados, reportamo-nos a princípio ao processo de divulgação, informação e acesso do Programa Incluir. Verificamos que poucos são os que o conhecem, à exceção do presidente e técnicos da CAENE, pouquíssimos professores e discentes, um na condição de bolsista e o outro como representante dos discentes nessa comissão. Contudo, ressaltamos que a maioria (85,7%) dos acadêmicos identificou recursos, serviços e apoios implementados por essa comissão, mas não os vincularam ou se reconhecem como usuários do Programa Incluir. Também alguns técnicos da CAENE expressaram indistinção entre o que é específico desse programa e o que é específico dessa comissão.

Por outro lado, constatamos que as modalidades de divulgação da CAENE são variadas e se diferenciam em relação aos seus destinatários. Os discentes identificaram recursos, serviços e apoios por meio de pessoas que estudam ou trabalham na UFRN e através da distribuição de folder. Os professores, em geral, souberam por meio dos alunos, ou acessando o SIGAA e/ou pelo chefe de departamento. A equipe técnica da CAENE citou momentos de formação com os professores e de acolhida dos estudantes, mas essas modalidades não foram ventiladas por professores e discentes.

O exposto nos leva a inferir que a divulgação da CAENE no campus central da UFRN aproxima-se de um nível satisfatório, diferente da situação do Programa Incluir, diluído e/ou invisibilizado por essa

comissão. Observamos também que existe uma relação direta entre a divulgação e o acesso aos serviços e recursos existentes e disponibilizados, mesmo que não se explicita o nome do programa, mas o órgão que institucionalmente o implementa. Compreendemos que não se pode atribuir o êxito de um programa amparando-se apenas na sua divulgação, mas acreditamos que uma divulgação ampla, contínua, qualificada e consistente poderá contribuir mais nessa direção. Urge, portanto, divulgar esse Programa no contexto da UFRN.

Nossa pesquisa constatou que o critério predominante para os acadêmicos potenciais usuários terem acesso a esse Programa é se cadastrarem na CAENE, terem necessidade educacional especial e, em menor proporção, apresentarem laudo médico comprovando a deficiência, além de a avaliação socioeconômica revelar vulnerabilidade. Esses critérios não constam no documento oficial, constituindo-se, assim, um distanciamento entre formulação e implementação, assim como agrega elementos para a universalidade focalizada.

Não exatamente relacionado aos critérios de acesso, mas diretamente a eles articuladas são as modalidades de encaminhamento desses discentes ao Programa Incluir/CAENE, esses são feitos em três sentidos: da CAENE aos coordenadores de curso e vice-versa, ou via SIGAA. Ainda em se tratando de encaminhamentos da CAENE, destacamos a remissão do parecer técnico à coordenação dos cursos, contendo orientações acerca das estratégias a serem utilizadas e, com isso, contribuir com a inclusão dos discentes nessa condição. Em geral, essa comissão remete esses pareceres por e-mail.

Presume-se que a remissão do parecer técnico por essa via é destituída de discussão entre quem elaborou as estratégias e quem deverá executá-las. Nesses moldes, essa comunicação é marcada pela frieza do e-mail, pela formalidade e impessoalidade, intensificando o distanciamento entre essas instâncias, além de que o parecer não diz tudo que uma conversa diria. Ademais, em geral, abordam orientações generalizadas para os diferentes tipos de deficiência, a despeito da orientação da educação numa perspectiva inclusiva, que prima pelo respeito a singularidade de cada indivíduo. A segunda modalidade é de pouco alcance entre os professores, uma vez que a forma como está exposta no sistema não desperta interesse para consultá-la.

Essas constatações nos credenciam a inferir que essa forma de encaminhamento do parecer dos acadêmicos com deficiência revela-se

insatisfatória, requisitando, portanto, revisão, aperfeiçoamento. Numa ou noutra forma de encaminhar os acadêmicos e suas demandas educacionais, observamos barreiras de comunicação e burocráticas.

Nossa pesquisa verificou a necessidade de capacitação específica na área de educação especial voltada para professores, bolsistas, monitores e para os servidores lotados principalmente na Biblioteca Central, Restaurante Universitário e Reprografia.

Atores estratégicos, parcerias e redes de apoio se constituíram também entre as dimensões avaliadas nesse Programa. Nesse sentido, destacamos a equipe multidisciplinar da CAENE, incluindo bolsistas e monitores como implementadores diretos desse programa, apesar de no formato oficial não constar explicitamente como deve ser constituída a equipe de trabalho. Contudo, para além daqueles dois docentes identificados no quadro dessa comissão, nossa pesquisa constatou que há implementadores não diretamente vinculados ao programa, mas que são imprescindíveis a sua implementação: são os professores, a quem estamos chamando de implementadores de ponta. Em nenhum momento, o Programa Incluir ou a CAENE fazem referência a eles, nessa condição.

As parcerias para a implementação desse programa se fazem entre as instâncias intrainstitucionais e têm revelado uma contribuição adequada, sobretudo o apoio da Reitoria, das Pró-Reitorias de Graduação e de Assistência Estudantil, a Secretaria de Educação à Distância, a Superintendência de Infraestrutura e, em menor gradação, as Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão.

A avaliação do subprocesso gerencial e decisório referente à organização e gestão do Programa Incluir na UFRN variou entre excelente, limitada, um pouco centralizada, burocrática, hierarquizada. Concordamos com os entrevistados no tocante à centralização e à burocracia. A centralização se exprime mediante a falta de divulgação do Programa Incluir, no desconhecimento do seu conteúdo pelos usuários, pela equipe técnica, quando manifesta indistinção entre o que é específico da CAENE e do programa, e pelos “implementadores de ponta”, na falta de clareza de quem tem poder de decisão em relação à operacionalização das orientações da CAENE, na falta de *feedback* no acompanhamento dos alunos cadastrados, no diálogo insuficiente entre as instâncias e profissionais envolvidos no programa. Centralizada, ainda, em termo de sua formulação não ter consultado as IFES. Burocrática, na formalidade e impessoalidade no

encaminhamento do parecer emitido pela CAENE, com rígida divisão de atribuições entre técnicos e demais implementadores.

Quanto à avaliação do eixo de infraestrutura, validamos com os pesquisados as mudanças arquitetônicas implementadas nos últimos anos na UFRN, em suas vias públicas, nas edificações, na construção de rampas com guarda-corpos, calçadas com sinalização de direção e alerta, estacionamento para pessoas com deficiência.

Contudo, apontam, consensualmente, a necessidade de melhorá-la, haja vista as inúmeras, diversificadas e remanescentes barreiras arquitetônicas nas vias públicas, nas edificações, nos espaços, na sinalização inadequada, bem como na ausência de sinalização em Braille e LIBRAS na biblioteca, na falta de mobiliário adaptado, na disposição inadequada de utensílios, algumas plataformas elevatórias e banheiros adaptados trancados, computadores numa altura inacessível na reprografia. Esses fatores dificultam o processo de inclusão de acadêmicos com deficiência na UFRN.

Convém ressaltar que entendemos que não se deve atribuir todas as mudanças arquitetônicas exclusivamente a esse Programa, há de se considerar que muitas reformas físicas, realizadas nos últimos anos na IFES, estão relacionadas ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Assim, do ponto de vista da pesquisa avaliativa, o REUNI inscreve-se como um resultado imprevisto, mas satisfatório, que contribui com a quebra de barreiras na infraestrutura da UFRN, destarte, com o processo de inclusão dos acadêmicos com deficiência nessa IFES.

Nossa pesquisa constatou que a maioria dos serviços e recursos relativos ao eixo comunicação e informação, previsto no arcabouço jurídico-legal, vem sendo implementados na UFRN, mediante a produção, adaptação e disponibilização dos seguintes recursos didáticos pedagógicos em formato acessível: textos impressos em fonte ampliada e/ou no sistema Braille, ou convertidos em meio digital (formato DOC, PDF, MP3) e com audiodescrição, *slides*, filmes legendados e aulas gravadas. Também são realizados treinamentos para utilização de softwares (sintetizadores de voz, como: JAWS, Non Visual, Desktop Access, DOSVOX, linha braille, leitor de tela) e a disponibilização dos mesmos aos acadêmicos. Igualmente, verificamos o empréstimo de tecnologias assistivas como: lupa eletrônica, *notebook*, *softwares*, cadeira de rodas motorizada. Identificamos os serviços da equipe técnica da CAENE, de intérpretes

de LIBRAS e de monitoria. Ratificamos com os entrevistados a relevância desses recursos e serviços para o atendimento das necessidades educacionais específicas.

Entretanto, verificamos que os recursos identificados não são distribuídos equitativamente entre os discentes com deficiência visual, tampouco entre os diferentes tipos de deficiências, sobretudo com os discentes com deficiência auditiva – surdez. Interroga-nos essa distinção, sobretudo porque, consoante o próprio quadro disponibilizado pela CAENE, não consta um quantitativo maior desse tipo de deficiência na UFRN que pudesse justificar tal prioridade, mas exatamente de discentes com surdez.

No que tange aos acadêmicos com surdez, a comunicação se efetiva preponderantemente por meio da mediação de intérprete/tradutor de LIBRAS, mas requisita também a produção e edição de recursos didáticos pedagógicos audiovisuais, equipamentos de tecnologia assistiva, leitura labial.

Em se tratando da quantidade de equipamentos de tecnologia assistiva e de recursos didáticos em formato acessível, também verificamos que há assimetria entre o atendimento das necessidades educacionais dos acadêmicos com deficiência visual e dos acadêmicos com surdez.

A qualidade dos recursos e serviços disponibilizados foi avaliada com gradações distintas, variou de bom a excelente, mas ainda precisa melhorar. Compreendemos que quando focada apenas nos equipamentos e nos recursos didáticos adaptados no LA, destinados ao atendimento das necessidades educacionais dos acadêmicos com deficiência visual, a tendência é de se avaliá-los como excelentes, mas, mesmo esses serviços, quando avaliados nas outras dimensões e subprocessos, e para outros tipos de deficiência, esse conceito não se sustenta conforme evidenciamos anteriormente.

A respeito dos recursos e serviços existentes e disponibilizados satisfatoriamente, a pesquisa apontou de forma consensual os recursos didático-pedagógicos em formato acessível e os recursos de tecnologia assistiva detalhados anteriormente quando fizemos referência ao eixo de comunicação e informação. Evidenciaram, em menor proporção, a criação do repositório de informação acessível (RIA), o Curso Letras LIBRAS, o laboratório de acessibilidade (LA) e a bolsa acessibilidade, acompanhamento didático-pedagógico desenvolvido por pedagogas e o trabalho da assistente social e das psicólogas da CAENE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintonizada com o referencial teórico-metodológico de avaliação de processo, da educação especial e com o documento norteador do Projeto Incluir, sintetizamos os principais fatores que facilitam e os que dificultam o processo de implementação do Programa Incluir na UFRN, acrescidos dos subprocessos anteriormente identificados. Assim, quanto aos fatores facilitadores, destacam-se: a produção, adaptação e disponibilização de múltiplos recursos didático-pedagógicos em formato acessível, com qualidade e em correspondência às necessidades educacionais específicas, principalmente aos discentes com deficiência visual, disponibilização de equipamentos de tecnologia assistiva, apoio da reitora e as parcerias com as Pró-Reitorias, regularidade de repasse de recurso financeiro, criação da bolsa acessibilidade, institucionalização da política de inclusão educacional e a criação de normatizações relativas à educação inclusiva, a adesão de alunos com necessidades educacionais específicas e de alguns professores, serviço de intérprete/tradutor de LIBRAS, a criação do Laboratório de Acessibilidade na Biblioteca Central Zila Mamede, do setor de Musicografia Braille na Escola de Música, do setor de acessibilidade da Secretaria de Educação à Distância (SEDIS), repositório de informação acessível (RIA), certa acessibilidade das vias públicas, edificações, aquisição de plataformas e construção de rampas.

Na contracorrente, ou seja, avaliar os recursos e serviços deficitários não se constituiu uma tarefa fácil. A princípio, entre todos os entrevistados circundou o receio, mas foi vencido. A fala de uma professora é emblemática nesse sentido, diz ela: “é uma questão que eu não me sinto confortável pra responder”. Os demais, estrategicamente, assinalaram de maneira genérica recursos humanos e materiais e a acessibilidade da infraestrutura, mas enfatizaram a restrita mediação da CAENE com os professores. Restrita porque circunscrita ao parecer que nem sempre contém as informações suficientes para a compreensão dos procedimentos a serem adotados pelos professores, ou pela distorção da mensagem, o que, agregado ao desconhecimento ou pouco conhecimento de educação inclusiva, resulta em equívocos, em discriminação ou no atendimento parcial de necessidades educacionais específicas. No limite, tal restrição se configura como barreiras atitudinal e de comunicação e informação.

As barreiras burocráticas também foram mencionadas recorrentemente na pesquisa. Elas se expressam no formalismo e na impessoalidade do parecer técnico que, se de um lado não traduz a realidade da necessidade educacional desse discente na totalidade, por outro lado não consegue sensibilizar os professores para tratar as diferenças sem discriminação, desencadeando o distanciamento, dificultando a aproximação e a troca de experiências e de saberes entre professores e CAENE.

As barreiras explicitadas anteriormente reafirmam múltiplos e distintos fatores que dificultam a implementação do Programa Incluir, reveladas na frágil comunicação entre os implementadores, na falta de divulgação do programa e do seu conteúdo, na segmentação entre os que planejam e os que executam, fortalecida através da precária mediação entre esses, sem discussão do conteúdo do parecer, praticamente sem diálogos, sem trocas de experiências e de saberes.

Inferimos que a interlocução não satisfatória entre os implementadores reflete na baixa adesão dos professores, manifesta na parca participação em reuniões, em capacitações, no desconhecimento do programa e dos serviços existentes e disponibilizados, na demora do envio dos textos ao LA. Essa “resistência”, inscreve-se, a nosso juízo, como um dos fatores que dificultam a implementação do mesmo. Expressa, por outro lado, a subestimação do Programa Incluir com os implementadores de ponta, imprescindíveis ao processo de sua implementação, do nosso ponto de vista.

Subestimar a participação dos professores constitui, no nosso entendimento, o ponto mais frágil desse programa, nessa dimensão. Isto porque, se considerarmos que todas as barreiras foram quebradas, essas serão insuficientes se o professor, em sala de aula, não estiver comprometido e revestido de conhecimento e vontade para utilizar todas as estratégias e serviços que a educação inclusiva exige.

Destacamos também, em termos dos fatores que dificultam a implementação, o descompasso entre o quantitativo de técnicos da CAENE e dos bolsistas do LA e as demandas apresentadas, sobretudo os transtornos mentais, que se inscrevem como demanda reprimida nesse contexto, embora esses acadêmicos não componham o público-alvo do Programa Incluir.

Outras dificuldades foram ventiladas, como: resistência de parte de professores em atender o direito de tempo adicional nas provas e em participar das capacitações sobre educação inclusiva, pouca

flexibilização nas avaliações, nos horários e na frequência às aulas, demora no envio de textos para serem adaptados no laboratório de acessibilidade, descompasso entre o crescimento das demandas e a inalterabilidade do tamanho da equipe técnica da CAENE.

As dificuldades, lacunas, fragilidades verificadas na implementação do Programa Incluir na UFRN de certa forma refletem a fragilidade do seu desenho, exprimem certamente as contingências, os imprevistos, as mudanças, as adaptações, as correlações de forças, interesses divergentes, preferências transversais inerentes à implementação, levando-nos a concordar com Arretche (2001), quando afirma que seria ingênuo pensar que um programa público possa ser implementado inteiramente segundo o desenho e os meios previstos pelos formuladores.

A despeito das lacunas e fragilidades detectadas, é inegável reconhecer que a implementação de um conjunto de recursos, serviços e equipamentos de tecnologia assistiva contribuíram e contribuem para atenuar as distintas barreiras que se interpõem na aprendizagem dos acadêmicos com deficiência na UFRN. Portanto, o Programa Incluir tem se revelado de grande importância na formação profissional desses estudantes nessa instituição.

A avaliação de implementação do Programa Incluir na UFRN revelou possibilidades e limites que, supomos, adensam reflexões, reedição de serviços e recursos que contribuem para tornar a educação superior possível a todos, inclusive àqueles que carregam intrinsecamente as marcas das diferenças. Oferece aos não sectários a oportunidade de revisão e mudança de direção de certos procedimentos, remete à resignificação, alteração e correção daquilo que desvia, dificulta, fragiliza a proposta do Programa nos parâmetros estudados. Sinaliza também para a possibilidade de criação e articulação de novas estratégias que minimizem as inclusões excludentes, sem se distanciar da compreensão de que a inclusão só é possível parcialmente, pois, desencadeada por uma ordem social excludente, requer para sua efetivação plena a reversão dessa mesma ordem.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas**. 2. ed. Tradução de Jaime A. Clasen e Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ARRETICHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Incluir**. Brasília: MEC/SEESP, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=557&Itemid=303>. Acesso em: 22 jul. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004^a**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 03 set. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010**. Luiza Borges Oliveira. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver Sem Limites.

BRASIL. Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na educação superior SECADI/SESu–2013.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência).

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FIGUEIREDO, Marcos Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas. In: **Análise & Conjuntura**, v.1, n. 3, Belo Horizonte, set./dez., 1986.

PRESSMAN, Jeffrey; WILDAVSKY, Aaron. **Implementación** – cómo grandes expectativas concebidas en Washington se frustan en Oakland. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

SOUZA, Lincoln Moraes de. A relevância da suspeição: pequeno ensaio sobre avaliação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Grupo Interdisciplinar de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas (GIAPP) Texto para Debate e Circulação Interna Fevereiro. 2013.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **De resultados, efeitos e impacto em avaliação de políticas públicas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Grupo Interdisciplinar de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas (GIAPP). Cadernos GIAPP. Ano 1. Volume 1. Número 1. Natal/RN. Jan.-Jun. 2013.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Comissão Permanente de Apoio aos Estudantes com necessidades especiais. Disponível em: <https://www.caene.ufrn.br/>. Acesso em: 10 out. 2013.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Portaria Nº 203/2010**. Institui a comissão permanente denominada Núcleo de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais. Disponível em: www.ufrn.br. Acesso em: 11 mar. 2015.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2010-2019**. Natal/RN, 2010. Disponível em: www.ufrn.br. Acesso em: 11 mar. 2015.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Resolução 54/2014**. Institui o Repositório de Acessibilidade, denominado Repositório de Informação Acessível – RIA da UFRN. Disponível em: www.ufrn.br. Acesso em: 11 mar. 2015.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Resolução 163/2014**. Dispõe sobre a Concessão de Bolsa Acessibilidade para estudantes com deficiência na UFRN. Disponível em: www.ufrn.br. Acesso em: 11 mar. 2015.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Relatório de Gestão do exercício 2010 - 2014 apresentado a Reitoria e a PROPLAN para acompanhamento das ações desenvolvidas pela CAENE nesse período**. Disponível em www.sistemas.ufrn.br/shared/verArquivo?idArquivo=2984264&key. Acesso em 23/08/2016.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **UFRN em Números 2012 - 2015**. PROPLAN/SIGAA. Disponível em: www.ufrn.br. Acesso em: 23 ago. 2016.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, mar./abr., 1996.

WEISS, Carol H. **Investigación evaluativa**: métodos para determinar la eficiencia de los programas de acción. México: Trilhas, 1978.